



Rio Grande do Sul
PREF MUN DE SALDANHA MARINHO
AV. SILVA TAVARES, 1127
C.N.P.J. 92.399.153/0001-71
Setor de Licitações

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2019

Aos dezesseis dias do mês de Maio de 2019, às 14:00 horas, reuniu-se a Comissão de Licitação do Município de SALDANHA MARINHO - RS, Portaria Municipal nº 077/2019, nas dependências da Prefeitura Municipal, com o intuito de analisar o recurso administrativo interposto pela empresa Compavi Pavimentação e Comércio Ltda em face da empresa Cima Projetos e Construções Ltda - EPP e as contrarrazões da empresa Cima Projetos e Construções Ltda - EPP em face ao recurso interposto a ela pela empresa Compavi Pavimentação e Comércio Ltda, de acordo com a faculdade prevista na alínea "a" do inciso I, do artigo 109 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, relativos ao resultado da Habilitação do Procedimento Licitatório da Tomada de Preço 4/2019 .

Tanto o recurso quanto as contrarrazões são tempestivos, portanto, conhecidos.

No mérito.

A Comissão Permanente de Licitações passou a análise do recurso interposto e posteriormente das contrarrazões apresentadas, sendo a decisão sobre o pleito a seguinte: "Ante o exposto, opinamos pelo conhecimento do Recurso interposto pela Empresa Compavi Pavimentação e Comércio LTDA EPP em face da Empresa Cima Projetos e Construções LTDA EPP, com fundamento na Lei nº 8.666/93, da decisão da Comissão Permanente de Licitações que habilitou a empresa Recorrida, para dar-lhe provimento, tornando, assim, INABILITADA a Empresa Cima Projetos e Construções LTDA EPP no Processo Licitatório nº 016/2019, Edital de Tomada de Preços nº 004/2019.

Entretanto, submetemos o presente à apreciação superior, nos termos do artigo 109, parágrafo quarto, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993." Segue, em anexo a esta ata, a análise de recurso administrativo produzida pela Comissão Permanente de Licitações.

Outrossim, em vista da modificação do entendimento da Comissão acerca da habilitação da empresa Cima Projetos e Construções Ltda - EPP, abre-se prazo de cinco (05) dias úteis, para a mesma, se assim o quiser, manifestar-se em relação à decisão da Comissão. Sendo que após esse prazo, a análise da Comissão será levada à Autoridade Superior para o seu conhecimento e decisão acerca da manutenção ou reforma da referida.

Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

SALDANHA MARINHO, 16 de Maio de 2019.


Lucas Henrique Pertile

COMISSÃO DE LICITAÇÃO


Regina V. Zanon


Juliane A. Huther